

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.632 - RJ (2018/0302246-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**ADVOGADOS : BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948**  
**ALEXANDRE DA SILVA FARIA CAMPOS - RJ198928**  
**AGRAVADO : IRENE COSTA DE SOUZA**  
**ADVOGADOS : JOÃO RAMOS FILHO E OUTRO(S) - RJ056823**  
**JOÃO RAMOS NETTO - RJ197517**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por **FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL** contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 171, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. Sentença de procedência que condenou à ré ao pagamento de R\$ 5.894,74 a título de indenização securitária, bem como ao pagamento de R\$2.000,00 por danos morais. Recurso exclusivo da ré. Assiste razão à apelante no que tange à aplicação das alíneas “d” e “f” do art. 18 da Lei 6.024/74 por força do art. 3º, da Lei n.º 10.190/2001. Processo de conhecimento. Não cabimento de suspensão, pois o feito não se encontra em fase de cumprimento de sentença, inexistindo perigo de constrição de bens da massa liquidanda. Inexistência de vedação de fixação de juros e correção monetária, visto que a hipótese é de suspensão da fluência durante a liquidação. A decretação de liquidação extrajudicial, por si, não confere o benefício da Gratuidade de Justiça. Danos morais não configurados. Ausência de abalo à esfera extrapatrimonial da autora a ensejar indenização por danos morais. Reforma da sentença para excluir a condenação ao pagamento de indenização a título de danos morais. PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 194/197, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 199/221, e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 98, 489, § 1º, inc. IV, 1.022, do Código de Processo Civil de 2015; e 18, alíneas “d” e “f”, da Lei 6024/74, sob os seguintes argumentos, em síntese: a) existência de omissão no acórdão recorrido, no tocante às matérias suscitadas nos embargos de declaração, relativas: (i) ao fato da recorrente não ter condições de arcar com as custas judiciais, desde a decretação da liquidação extrajudicial; e (ii) à necessidade de suspensão da correção monetária e dos juros incidentes após o decreto de liquidação extrajudicial; b) que não foi concedido o benefício da gratuidade de justiça à recorrente, que se encontra em estado de insolvência; e c) o acórdão recorrido determinou a incidência de juros e correção monetária sobre o valor da condenação, mesmo reconhecendo que a recorrente se encontra sob o regime especial de liquidação

extrajudicial.

Contrarrazões às fls. 233/236, e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) inexistência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, eis que suficiente a fundamentação do acórdão recorrido; e b) o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do suporte fático dos autos, atraindo a incidência da Súmula 07 do STJ.

Daí o agravo (fls. 247/258, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a parte insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Não foi apresentada contraminuta, conforme certidão à fl. 262, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. De início, no tocante à aventada violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, inc. II, do CPC/2015, a parte recorrente sustenta que o Tribunal de origem, mesmo após a provocação por embargos de declaração, teria permanecido omissa acerca das seguintes questões: (i) fato da recorrente não ter condições de arcar com as custas judiciais; e (ii) necessidade de suspensão da correção monetária e dos juros incidentes após o decreto de liquidação extrajudicial.

No entanto, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo acórdão recorrido para o deslinde da controvérsia. Destaque-se, por oportuno, que as matérias apontadas como omitidas foram objeto de expressa manifestação pelo Tribunal de origem, ainda que em sentido contrário a pretensão recursal, consoante se depreende do seguinte trecho retirado do acórdão recorrido (fls. 174/176, e-STJ):

Todavia, as alíneas “d” e “f” do artigo 18 da Lei 6.024/74 não impedem a fixação de juros e correção monetária, mas apenas determinam a suspensão de sua fluência enquanto não quitado todo o passivo, razão pela qual não merece acolhida o pedido de exclusão. (...)

O indeferimento da Gratuidade de Justiça, por sua vez, que se deu em sede de sentença não merece reparo, uma vez que a parte ré ficou-se inerte em demonstrar hipossuficiência para que fizesse jus ao benefício.

O fato de se encontrar em liquidação extrajudicial, por si, não justifica a concessão da Justiça Gratuita, como se constata na jurisprudência desta Corte: (...).

Portanto, não há falar em omissão, tampouco em nulidade do aresto recorrido.

2. De outra parte, no tocante à necessidade de suspensão da correção monetária e dos juros incidentes após o decreto de liquidação extrajudicial, observa-se que a matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte nos termos do que decidido pelo Tribunal de origem, no sentido de que “as alíneas “d” e “f” do artigo 18 da Lei 6.024/74 não impedem a fixação de juros e correção monetária, mas apenas determinam a suspensão de sua fluência enquanto não quitado todo o passivo”.

Sobre o tema, os seguintes precedentes;

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

SEGURO DE VIDA. RECUSA INJUSTIFICADA DA SEGURADORA EM PAGAR O PRÊMIO. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ABUSO CONFIGURADO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. SÚMULA N. 83 DO STJ. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Alterar a conclusão do Tribunal local quanto à existência, ou não, de abusividade e configuração de ato ilícito demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. É entendimento desta Corte que é devida a correção monetária, mesmo em regime de liquidação extrajudicial, e não há fluência de juros enquanto não integralmente pago o passivo. Por conseguinte, "após a satisfação do passivo aos credores habilitados, e havendo passivo que os suporte, serão pagos os juros contratuais e os legais vencidos durante o período do processamento da falência ou liquidação extrajudicial" (Resp 1.102.850/PE, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 04/11/2014, DJe 13/11/2014) 3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 996.396/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 22/05/2017)

RECURSO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. OBRIGAÇÕES. JUROS MORATÓRIOS. SUSPENSÃO. TERMO INICIAL. DECRETO DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECONHECIMENTO.

1. Fica suspensa a fluência de juros contra a instituição financeira, sejam legais ou contratuais, a partir do decreto de liquidação até o pagamento do passivo. Na hipótese de sobejar alguma quantia após a satisfação do principal, os juros serão pagos respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores.

Precedente.

2. A princípio, a Lei nº 6.024/1974 suspendia a incidência de correção monetária sobre as dívidas da instituição financeira em liquidação extrajudicial. Porém, o art. 18, "f", da referida lei foi modificado, no ponto, pelo Decreto-Lei nº 1.477/1976, que prevê a incidência de correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades sob regime de liquidação extrajudicial.

3. A distribuição dos ônus sucumbenciais está relacionada com a quantidade de pedidos requeridos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito. O acolhimento de apenas um dos pedidos dentre dois realizados implica sucumbência recíproca.

4. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1646192/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 24/03/2017)

3. Do mesmo modo, no que concerne à concessão da gratuidade de justiça, observa-se que o acórdão recorrido não diverge do entendimento jurisprudencial do STJ, no sentido de que "o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie". Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta eg. Corte entende que é possível a concessão da gratuidade da justiça à pessoa jurídica somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.

2. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017.)

Destarte, aplica-se aos referidos pontos a orientação prevista no enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

4. Ademais, para infirmar a conclusão do acórdão recorrido, de que "a parte ré ficou inerte em demonstrar hipossuficiência para que fizesse jus ao benefício", seria imprescindível o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVER O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.

1. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie, não sendo possível rever o entendimento adotado pelo Tribunal de origem, em virtude da Súmula 7/STJ. Precedentes.

2. AGRADO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1021128/MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)

5. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo, majorando os honorários sucumbenciais, com base no art. 85, § 11, do NCPC, em 1% (um por cento) sobre o valor da condenação, a ser suportado exclusivamente pela parte recorrente.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

